

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Administração Pública		
Disciplina: Direito Tributário		Código:
Carga horária: 36h/a	Período letivo: 2023.1	Termo: 3º
Professor: Rodrigo Bousfield, Dr.		
Contato: rbousfield@gmail.com		

II. EMENTA

Conceitos, noções gerais e princípios de Direito Financeiro. Receita e despesas públicas. Crédito público. Orçamento público. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Sistema Tributário Nacional –STN aspectos constitucionais. Competência tributária. Limitações ao Poder de Tributar. Capacidade Contributiva. Administração Tributária. Federalismo tributário.

III. OBJETIVOS

Contextualizar os elementos jurídicos referentes ao Sistema Tributário Nacional.
Analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal.
Organização do federalismo brasileiro.
Analisar as formas sustentabilidade financeira da Administração Pública.
Identificar requisitos operacionais de responsabilidade no Sistema Tributário Nacional.
Correlacionar a norma com os princípios do sistema tributário.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos constitucionais dos tributos;
2. Competência tributária;
3. Limitações ao poder de tributar;
4. Tributos específicos de cada ente federativo;
5. Interpretação sistemática da legislação tributária;
6. Repartição de receitas tributárias;
7. Finanças públicas;
8. Administração tributária;
9. Federalismo tributário.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio de leitura de textos, aulas expositivas, debates, exposição oral dos discentes em seminários individuais, discussão de textos, pesquisa bibliográfica, apresentação de trabalhos em sessão coordenada e elaboração e redação de trabalho escrito (estudo de caso).

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

- 1ª Prova oral, 2ª Prova escrita, individual e ambas sem consulta:
 - 1º prova oral – itens 1, 2 e 3 do conteúdo programático (corresponde a 30% da nota final);
 - 2º prova escrita – itens 4, 5 e 6 do conteúdo programático (corresponde a 30% da nota final);
 - 3º trabalho individual – itens 7, 8, 9 e 10 do conteúdo programático (corresponde a 40% da nota final). As datas serão definidas no primeiro dia de aula.

- trabalho em individual – estudo dos alunos ao longo do semestre:
 - 1. estudo de caso a ser planejado em sala de aula;
 - 2. relevância teórica e social;
 - 3. apresentação em debate previamente agenda em sala de aula (será avaliada a participação);
 - 3. trabalho escrito elaborado ao longo do semestre:
 - Normas de apresentação:
 - mínimo 12 páginas e máximo 16 páginas;
 - normas da ABNT;
 - itens do trabalho: introdução (objetivo geral, específicos e justificativa), fundamentação teórica (textos do conteúdo programático e bibliografia complementar pesquisada pelo aluno), metodologia, resultados e discussão (articulação teórico prática, em que será considerada a originalidade da solução proposta no trabalho), considerações finais (o aluno poderá descrever além dos achados do trabalho, traçar comentários a respeito das relações intergovernamentais mais adequadas a “boa administração pública” e o que o trabalho colaborou na sua formação acadêmica) e referências bibliográficas.

- 4. Entrevista ou palestra com convidados com contribuições significativas na área de estudo.

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES

Este plano de ensino poderá sofrer alterações conforme calendário acadêmico.

O horário de aula deverá ser observado rigorosamente não sendo permitida a entrada e saída durante a aula.

- Prazos de entrega: Os trabalhos devem ser entregues em sala de aula, em documento impresso, impreterivelmente na data determinada pelo professor.
- **Não serão aceitos os trabalhos fora do prazo estabelecido, bem como com a utilização de tecnologias disruptivas e/ou plagiados.**
- Trabalhos escritos: a avaliação escrita tem como critérios de análise: qualidade das ideias, fundamento da argumentação, correlação de conceitos e inferências, riqueza na argumentação, profundidade dos pontos de vista, coerência, encadeamento lógico das ideias e poder de síntese - registro das ideias sem repetição, pertinência e relevância do tema ou argumentos.

Uso de convenções: normas técnicas, gramaticais e de digitação.

VII. BIBLIOGRAFIA

Básica:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional. 32ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2019.
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 13ª ed. São Paulo: Saraivajur, 2022.

Bibliografia Complementar:

ATALIBA, Geraldo. República e Constituição. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6 ed., São Paulo: Malheiros, 2009.
BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 11ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 7. ed. Rio de Janeiro- São Paulo: Renovar, 2000.